



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS Ata da 120ª reunião, realizada em 13 de dezembro de 2019

1 Em 13 de dezembro de 2019, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do
2 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte, Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e
5 suplentes: a presidente suplente Marília Carvalho de Melo, representante da
6 SEMAD. Representantes do poder público estadual: Tuliana Macedo
7 Vasconcelos, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag);
8 Arnaldo Correia da Silva Filho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
9 Econômico (Sede); Alexandre Augusto Carneiro, da Secretaria de Estado de
10 Governo (Segov); Eva Irena Kurek, da Secretaria de Estado de Saúde (SES);
11 Rogério Pedersoli de Lima, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
12 (Seinfra); Ana Sílvia Gama Pereira Barbosa, da Secretaria de Estado de
13 Educação (SEE); Hélcio de Miranda Baptista, da Secretaria de Estado de Turismo
14 (Setur); Luciano José Alvarenga, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
15 (MPMG). Representantes do poder público municipal: Maria Eduarda de Moraes
16 Lana, da Prefeitura Municipal de Itabirito; Eduardo Machado de Faria Tavares, da
17 Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Rodrigo José Gonçalves, da Prefeitura
18 Municipal de Betim; Bruna de Souza Otoni, da Prefeitura Municipal de Araçuaí;
19 Felipe Fernandes Guerra, da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara; Antônio
20 Carlos Vidal Barra, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba; Gabriel Augusto
21 Campos, da Prefeitura Municipal de Itapeva; Antônio Geraldo de Oliveira, da
22 Prefeitura Municipal de Patrocínio. Representantes dos usuários de recursos
23 hídricos: Luiz Humberto de Freitas Souza, do Departamento Municipal de Água e
24 Esgoto de Uberlândia (Dmae); Dênio Drummond Procópio, da Companhia
25 Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da Companhia
26 de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Guilherme da Silva Oliveira, da
27 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);
28 Odorico Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
29 Gerais (Fiemg); Denes Martins da Costa Lott, do Instituto Brasileiro de Mineração
30 (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de
31 Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva Oliveira, do Sindicato das Indústrias do
32 Açúcar no Estado de Minas Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da Associação
33 de Pescadores e Aquicultores do Sapucaí (Apas); Pedro Luís Pereira Ribeiro, do
34 Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes da sociedade civil ligada aos recursos
35 hídricos: José Hermano Oliveira Franco, da Associação para Gestão
36 Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); José de Castro Procópio, do Instituto
37 Guaicuy - SOS Rio das Velhas; Antônio Eustáquio Vieira, do Movimento Verde de

38 Paracatu (Mover); Tales Heliodoro Viana, do Conselho Regional de Biologia
39 (CRBio); Marcos Miguel Temponi Godinho e Rayssa Cordeiro Figueiredo, do
40 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Valter Vilela Cunha, da
41 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Sylvio Luiz
42 Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Leonardo Campos de
43 Assis, da Universidade de Uberaba (Uniube). **Assuntos em pauta. 1)**
44 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
45 **ABERTURA.** A presidente suplente Marília Carvalho de Melo declarou aberta a
46 120ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **3)**
47 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Tales Heliodoro Viana:
48 “Eu aproveito a oportunidade reunido aqui hoje com vocês para comunicar que
49 nós tivemos eleições do Conselho Regional de Biologia da 4ª Região, e o novo
50 presidente é o Dr. Carlos Frederico Loiola. Eu apenas continuo representando o
51 Conselho no COPAM e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos e nos
52 colocamos à disposição. E, aproveitando, eu continuo preocupado com a questão
53 de abastecimento das regiões Leste e Oeste de Belo Horizonte.” Conselheiro
54 Eduardo Machado de Faria Tavares: “O secretário Mário Werneck pediu que eu
55 distribuísse uns livros aqui, apesar de estar sendo revista uma série de ISOs. Na
56 próxima reunião, eu trago o complemento, porque não consegui trazer todos os
57 livros aqui.” Conselheiro Leonardo Romano: “Eu quero trazer aqui um assunto que
58 não tem a ver, especificamente, com o meu segmento. Eu sou do município de
59 Oliveira, e lá em Oliveira existe um grupo ambiental de desenvolvimento
60 sustentável, que é uma ONG, que trabalha em várias frentes e muito pela
61 revitalização do rio Jacaré. É uma ação totalmente voluntária, e o pessoal tem
62 contado com um apoio muito forte de Emater e da promotora do Meio Ambiente
63 de lá, que tem deixado recursos de penalidades para as ações grandes. Eu estou
64 trazendo isso porque conheço e me envolvo com as ações lá. Eles tinham, até
65 algum tempo, um apoio da Polícia Ambiental para fazer as vistorias e aprovação
66 dos pedidos de intervenção. Porque o IEF de lá tem uma pessoa só. E agora, com
67 a mudança que houve lá, a Polícia Ambiental não está fazendo mais esse serviço.
68 Era um convênio informal. Então eles estão com uma situação de muita demanda
69 e com uma série de pedidos paralisados. Porque a pessoa do IEF simplesmente
70 não dá conta de fazer as vistorias. E eles já ofereceram levar a pessoa, mas tem
71 uma regra de que o funcionário do IEF não pode ir em veículo de terceiros. É uma
72 ONG com um pessoal supermotivado, com resultados relevantes. Eu vou até
73 circular aqui e depois peço que seja entregue finalmente à Marília, porque tem
74 uma série de comprovações de bons resultados. E hoje eles estão paralisados,
75 sem perspectiva, com recursos que a promotora Dra. Viviane já destinou. E com
76 esse impedimento causado por uma questão burocrática e do Estado. Então eu
77 gostaria de registrar isso e que houve uma sensibilização para que pudesse haver
78 um trabalho de liberação desse pedido de continuidade desse trabalho.”
79 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Nós vamos registrar e encaminhar o
80 assunto ao diretor geral do IEF, Malard, para tomar as providências necessárias.”

81 Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Primeiro, eu queria dar uma notícia ao
82 pessoal aqui, que neste ano estamos completando a construção de 150 km de
83 cercas protegendo nascentes e veredas em Paracatu. É um projeto antigo que
84 nasceu, inclusive, com apoio do IEF. Hoje não tem mais apoio do IEF, e quem
85 banca é uma mineradora em Paracatu. Nós já conseguimos proteger mais de
86 3.000 hectares. Nos valores de hoje, isso dá aproximadamente R\$ 2 milhões
87 gastos para proteger essa área. E atendemos mais de 250 propriedades rurais.
88 Estamos também concluindo um projeto de mais 3,5 km em parceria com a Nexa
89 na região do ribeirão Morro Agudo, em Paracatu, e também concluindo 25 km de
90 cercas construídas com a Nexa em Vazante. Sendo que neste ano já temos a
91 parceria de mais ou menos 20 km de cerca. Então eu acho que é um trabalho que
92 está sendo feito, de formiguinha, e às vezes o pessoal daqui não fica sabendo,
93 porque lá não temos grande imprensa. Mas só para saber que nós estamos
94 tentando. E também queria agradecer o apoio que o CBH Paracatu tem recebido
95 do Estado. O Marcelo esteve conosco esses dias. Temos feito inúmeros debates
96 a respeito dos conflitos existentes na bacia. E como todos sabem a região nossa
97 é a maior área irrigada da América Latina. Se juntar Paracatu, Uruçuia, um pedaço
98 do Paranaíba, o PN1, Afluente do Alto Paranaíba. Então é uma área muito
99 complicada para fazer gestão de recursos. O Comitê está puxando essas
100 discussões com apoio da Urga, do pessoal da Supram e o pessoal do IGAM. Para
101 se ter uma ideia também, as maiores áreas de conflito em Minas Gerais estão lá
102 na nossa região. Eu, que sou do Comitê, não sei nem quantos mil hectares. Eu
103 acho que quase meia bacia do Paracatu. Então não é fácil, mas eu acho que está
104 caminhando. E no mais eu queria agradecer ao pessoal que esteve ontem aqui e
105 nos prestigiou com a premiação do ‘Natureza Gerais’. Eu estava no Mato Grosso
106 participando da reunião do Fórum Nacional de Comitês de Bacia e fiquei muito
107 lisonjeado, porque cidadão do interior, lá daquele fim do mundo, de uma ONG
108 pequena, embora tenha 32 anos de idade, ser lembrado pelos companheiros de
109 vários setores em uma premiação dessa é muito engrandecedor para nós e
110 mostra que o trabalho que nós fizemos nessas quase quatro décadas está dando
111 resultado. E também pela própria sociedade civil, que às vezes é muito combativa,
112 mas eu procuro atuar combativo, mas como um bom mineiro, procurando o
113 diálogo para chegar a um entendimento, para ter chance do equilíbrio com que
114 nós sonhamos, que inclusive é a base e a essência da 9.433. Ou seja, eu tenho
115 sempre dito isso, não adianta o pessoal ficar em conflito. Inclusive, Marília, eu
116 estive esses dias na reunião do Paranaíba Federal, e foi tirada uma articulação lá
117 para que os setores façam reuniões separadas para levar para o Comitê as suas
118 demandas. E eu fui contra isso. Porque nós conseguimos na Bacia do Paracatu
119 acho que um fato inédito, que é não ter isso, não acontecer isso. Lá todos os
120 setores estão entendendo que ou se junta para salvar o rio ou todos vão sofrer
121 amargamente. Então lá não existe separação. Quando se vê uma plenária nossa,
122 o Marcelo esteve lá e viu o entendimento nosso como que é, ele é testemunho.
123 Então todos os setores, mineração, principalmente as mineradoras com o

124 agronegócio. Isso não existia até um certo tempo atrás. Então eu acho que isso é
125 fundamental. E eu tenho tentado fazer isso em cima da experiência e da
126 oportunidade que eu tive em atuar seguindo a 9.433. No próprio Conama, quando
127 eu estive lá, quando entrei, nós tínhamos 108 membros: seis das ONGs, cada um
128 brigando com o outro. As ONGs tinham brigado entre si no Conama. No final,
129 depois dos quatro anos, quando eu saí de lá, nós já tínhamos 22 membros de
130 sociedade civil unidos em prol de uma ideia de entendimento ali no Conama. Eu
131 acho que esse trabalho que temos tentado fazer é o que às vezes reflete para que
132 o pessoal se lembre, não de mim, mas da ideia que representamos de busca do
133 entendimento. Eu fico muito satisfeito, agradeço os companheiros que votaram.
134 Não sei quem votou quando me concederam essa premiação, mas agradeço a
135 todos. E vamos ver até quando a força... Porque a idade vai chegando, é
136 complicado, a gente vai ficando cansado. Mas agradeço a todos, e podem ficar
137 tranquilos que na nossa região nós vamos continuar segurando isso.” Presidente
138 Marília Carvalho de Melo: “Parabéns pelo seu trabalho. Realmente, vemos o seu
139 trabalho feito no Comitê do Paracatu, em uma área de conflito muito complexa.”
140 Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Eu gostaria só de pedir um apoio ao
141 Conselho e ao IGAM, por uma situação de conflito que estamos tendo na Bacia
142 do Rio Araçuaí, mas preciso nas cidades de Capelinha, Itamarandiba, Turmalina
143 e Minas Novas. Nós tivemos um período de escassez hídrica, chegamos a uma
144 vazão de 2 m³/s no rio Araçuaí e tivemos vários cursos de água que cortaram este
145 ano. Foi um período bem crítico. Eu acho que este ano foi um dos piores anos da
146 bacia. E nós estamos com um problema grave, até situação de risco de vida entre
147 a população e as empresas de silvicultura. Também tem a questão de café, mas
148 entra mais a questão da exploração do eucalipto. Chegou a uma situação já tensa,
149 a tempo de a população começar a bloquear a passagem de caminhões-pipa das
150 empresas, vai incendiar as áreas de eucalipto. Então tornou-se uma situação
151 perigosa, crítica na Bacia. E já prevendo que ano que vem, pelo visto, que já está
152 tendo chuvas não regulares, talvez seja até pior que este ano. Então a proposta
153 é de poder sentar para ver como mediar esses conflitos. Já tem alguns grupos de
154 trabalho se reunindo em Itamarandiba e em Turmalina, junto com as empresas,
155 mas eu acho que é importante nós termos, assim como o Conselho Estadual, o
156 IGAM mais presente, porque é uma situação muito complicada. Quando começa
157 a ter essas questões de risco à vida, piora ainda a situação. Eu não sei se todos
158 conhecem a situação. Nós temos o Araçuaí perene, mas quase todos os outros
159 córregos não são intermitentes, não correm mesmo. Por exemplo, a cidade de
160 Araçuaí hoje tem que pagar em torno quase de R\$ 800 mil só de caminhão-pipa
161 para abastecer. Então tem a sede com água, mas na zona rural nós temos
162 comunidades até 70 km da sede que não têm água. Então acaba que gera um
163 conflito muito grande, principalmente quando tem empresas não região, mas
164 principalmente nessas cidades de Itamarandiba, Capelinha, Turmalina e Minas
165 Novas, onde foram tensos os conflitos. Teve audiência na Assembleia Legislativa.
166 Então eu venho solicitar apoio para que a gente consiga ter um trabalho efetivo

167 na bacia para colher um fruto lá na frente e não termos, no ano que vem,
168 surpresas em relação ao uso da água.” Presidente Marília Carvalho de Melo:
169 “Obrigada. Nós estamos acompanhando de perto essas questões. O Heitor foi
170 designado por mim e esteve em audiências públicas sobre o assunto. É um
171 assunto de interface entre o IGAM e o Instituto Estadual de Florestas, e o Instituto
172 Estadual de Florestas e o IGAM também têm acompanhado. Nós ficamos à
173 disposição, e acho que podemos fazer uma conversa com esses entes do Sisema
174 envolvidos, no ano que vem, para pensarmos uma estratégia.” Conselheiro José
175 Hermano Oliveira Franco: “Bom dia a todos. Na verdade, eu quero só fazer um
176 registro sobre a penúria que temos enfrentado em alguns Comitês de Bacia. Eu
177 estou como presidente do Comitê do Rio Pará, e reerguer um Comitê
178 absolutamente imobilizado, recebendo zero do repasse... É zero mesmo, dos
179 92,5% não foi repassado nenhum centavo. Nós temos 95% dos recursos da
180 cobrança contingenciados. Isso tem sido difícil, tem sido pesado, tem sido
181 complicado. E para um rio que está sofrendo cada vez mais por escassez, por
182 poluição. E, como eu disse, nós o pegamos absolutamente desmobilizado. Então
183 trazer essas pessoas de volta sem ter nem como andar direito pela bacia tem sido
184 complicado. Eu queria fazer esse registro, continuar fazendo esse registro que eu
185 venho fazendo em todas as instâncias possíveis. Nós realmente impetramos uma
186 ação também para tentar receber pelo menos o que já está desde 2017, salvo
187 engano. São R\$ 6.700.000 e poucos. E repito, 95% dos recursos da cobrança do
188 rio Pará estão contingenciados. Eu sei que outros têm recursos contingenciados
189 em percentuais menores, mas o nosso está bem dramático, e está bem difícil
190 fazer esse trabalho lá.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu vou chamar o
191 Michael para esclarecer esse assunto e fazer um panorama geral bem rápido
192 sobre o repasse dos recursos da cobrança, por favor.” Michael Jacks de
193 Assunção/Gerência de Apoio às Agências de Bacias Hidrográficas e Entidades
194 Equiparadas/IGAM: “Em relação aos recursos da cobrança, já é sabido por todos
195 que realmente o Estado está com um atraso muito grande de repasse de recursos.
196 Ano passado, nós conseguimos algumas vitórias, por meio de TAC, de regularizar
197 os recursos do Doce e do Velhas. As demais Bacias – aí eu coloco o PS1, o PS2
198 e o Pará – têm os recursos atrasados. Nós sabemos disso. O caso do Pará, como
199 um conselheiro colocou, é um caso sério. Lá nós conseguimos realizar apenas
200 uma pequena parcela de custeio, que foi em torno de R\$ 270 mil. Desde 2016, foi
201 quando celebrou-se o contrato, realmente não houve nenhum repasse de
202 investimento. E nós já estamos chegando ao fim desse contrato, que se encerra
203 no final de 2021, e nunca foi passado nenhum recurso para que a Agência
204 pudesse investir na Bacia. Mas o IGAM, a todo momento, está em articulação com
205 a Secretaria de Fazenda, temos sinalizações da Secretaria de Fazenda, que está
206 demonstrando uma atenção especial nessa pauta. E creio que nós vamos ter
207 notícias boas ano que vem, mas aí temos que continuar esse trabalho de
208 pressionar e articular com a Fazenda para deliberar o recurso.” Presidente Marília
209 Carvalho de Melo: “O Michael foi bem breve na explicação sobre o esforço do

210 IGAM. Eu acho que deveria ser reforçado. Nós temos diversos ofícios e diversas
211 reuniões sendo realizadas com a Secretaria de Fazenda para buscar a
212 regularização dessa situação. Hoje nós temos um Conselho que delibera isso no
213 governo. Então estamos fazendo uma articulação constante para que isso se
214 regularize.” Conselheiro Hélcio de Miranda Baptista: “Nas propostas da agenda
215 de reuniões do Plenário, eu gostaria de sugerir que houvesse também um estudo
216 desse marco regulatório do governo federal sobre o saneamento. Eu não sei se
217 já está previsto. Agora, se não estiver, eu gostaria de sugerir que nós
218 estudássemos essa possibilidade.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Na
219 verdade, o saneamento não é uma competência direta deste Conselho Estadual
220 de Recursos Hídricos, mas nós temos na Secretaria de Meio Ambiente agora,
221 com a nova mudança administrativa, uma Subsecretaria de Saneamento. Eu vou
222 levar esse tema para o subsecretário. Tão logo eles tenham um estudo sobre o
223 novo marco regulatório, eu vou pedir para que eles venham apresentar aqui para
224 este Conselho.” **DELIBERAÇÕES. 4) EXAME DA ATA DA 119ª REUNIÃO DO**
225 **CERH.** Aprovada por unanimidade a ata da 119ª reunião do Plenário do Conselho
226 Estadual de Recursos Hídricos, realizada em 17 de junho de 2019, com as
227 seguintes modificações: – Linha 925, onde está escrito “utilizar”, leia-se “otimizar”;
228 – Linha 1.027, substituir “Copanor” por “empresa de mineração”; – Linha 1.223,
229 suprimir a palavra “famosos”. **5) PROPOSTA DE AGENDA PARA AS REUNIÕES**
230 **DO PLENÁRIO PARA O ANO DE 2020. Apresentação: SEMAD.** Aprovada por
231 unanimidade a agenda de reuniões do Plenário do CERH para o ano de 2020,
232 nos termos da proposta apresentada pela SEMAD, com previsão de sessões em
233 19 de março, 18 de junho, 17 de setembro e 11 de dezembro. **6) COMPOSIÇÃO**
234 **DA CÂMARA TÉCNICA DE CONTRATO DE GESTÃO, CONSTITUÍDA**
235 **CONFORME ARTIGO 10º DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH Nº 19, DE**
236 **28 DE JUNHO DE 2006, COM MANDATO ATÉ 2021. Apresentação:**
237 **Geabe/IGAM.** O Plenário deliberou por unanimidade a indicação do conselheiro
238 Odorico Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
239 Gerais (Fiemg), para compor, como representante do CERH, a Câmara Técnica
240 de Contrato de Gestão. **7) EXAME DE RECURSO EM PROCESSO**
241 **ADMINISTRATIVO DE OUTORGA DE DIREITO DE USO. 7.1) Agropecuária**
242 **Ltda. Processo de Outorga nº nº 17904/2017. Processo SEI nº**
243 **2240.01.0001591/2019-37. Apresentação: Supram Sul de Minas. Recurso**
244 **provido na 67ª reunião da CTIG.** Recurso indeferido por maioria nos termos do
245 parecer do IGAM e contrário à decisão da Câmara Técnica de Instrumentos de
246 Gestão (CTIG). A Presidência fez o registro de 29 votos pelo indeferimento do
247 recurso e uma abstenção. Declaração. Conselheiro Eduardo Machado de Faria
248 Tavares: “Só aproveitando uma justificativa de voto. Porque quando eu li o
249 processo eu achei muito curioso o fato de a consultoria ou o próprio
250 empreendedor recorrer ao Conselho Municipal. Tem lá as questões municipais.
251 Inclusive, tem um Daia municipal, que eu nunca tinha ouvido falar que existia.
252 Porque a prefeitura, normalmente, cobra uma taxa. Daia como está lá, impresso

253 como está no processo, eu achei muito curioso. Pelo que eu saiba, Daia é um
254 documento exclusivo do IEF, é ele que emite o Daia. O município faz é uma taxa,
255 não é um documento de autorização de intervenção, é taxa de alguma coisa. É
256 isso que a lei orgânica do município geralmente coloca. Então eu achei muito
257 curioso isso, essa mistura. Então, para aproveitar esse fato que ocorreu dentro
258 desse processo, eu gostaria de anunciar, antecipadamente, porque não tem data.
259 O secretário Mário Werneck participou do encontro das capitais, e, diante de toda
260 a celeuma que existe sobre licenciamento ambiental e, naturalmente, com os
261 reflexos nos recursos hídricos, eles propuseram fazer um encontro aqui em Belo
262 Horizonte no ano que vem, 2020, para discussão do licenciamento ambiental
263 desde a esfera federal ao município. Então desde já eu gostaria de deixar
264 comunicado a todos os conselheiros que deve existir isso. E no momento
265 oportuno eu comunico. Se por acaso for em uma época diferente da nossa
266 agenda, eu peço, através do IGAM, que, dentro do mailing deles, comuniquem a
267 todos.” **8) DELIBERAÇÕES CERH-MG PARA REFERENDUM. 8.1) Deliberação**
268 **CERH nº 432, de 18 de novembro de 2019. Aprova a equiparação da**
269 **Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do**
270 **Sul (Agevap) para exercer, até 19 de novembro de 2024, as atividades como**
271 **entidade equiparada às funções de Agência de Bacia Hidrográfica dos**
272 **Afluentes Mineiros dos Rios Preto Paraibuna e dos Afluentes Mineiros dos**
273 **Rios Pomba e Muriaé. Processo SEI Nº 2240.01.0001980/2019-10.**
274 **Apresentação: Geabe/IGAM.** Após apresentação nesta sessão, o Plenário
275 aprovou por unanimidade a equiparação da Associação Pró-Gestão das Águas
276 da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Agevap) para exercer, até 19 de
277 novembro de 2024, as atividades como entidade equiparada às funções de
278 Agência de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto Paraibuna
279 e dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé, nos termos da Deliberação
280 CERH nº 432. **8.2) Deliberação CERH nº 433, de 18 de novembro de 2019.**
281 **Aprova a equiparação da entidade Associação Multissetorial de Usuários de**
282 **Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas (Abha) para exercer, até 5 de**
283 **dezembro de 2024, as atividades como entidade equiparada às funções de**
284 **Agência de Bacia Hidrográfica do Rio Araguari. Processo SEI nº**
285 **2240.01.0001526/2019-46. Apresentação: Geabe/IGAM.** Após apresentação
286 nesta sessão, o Plenário aprovou por unanimidade a equiparação da entidade
287 Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias
288 Hidrográficas (Abha) para exercer, até 5 de dezembro de 2024, as atividades
289 como entidade equiparada às funções de Agência de Bacia Hidrográfica do Rio
290 Araguari, nos termos da Deliberação CERH nº 433. **9) REVOGAÇÃO DA**
291 **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH Nº 46, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.**
292 **Processo SEI nº 2240.01.0002177/2019-26. Apresentação: Geabe/IGAM.** O
293 Plenário aprovou por unanimidade a revogação da Deliberação Normativa CERH
294 nº 46, de 30/12/2014, que dispõe sobre o uso de recursos públicos oriundos do
295 Fhidro e da Cobrança pelo Uso da Água para a concessão de diárias, custeio de

296 viagem, transporte e serviços de telefonia móvel, por ter se tornado obsoleta
297 considerando normatizações vigentes, nos termos da exposição de motivos e do
298 parecer jurídico apresentados pelo IGAM. **APRESENTAÇÕES. 10)**
299 **PUBLICAÇÃO - GESTÃO E SITUAÇÃO DAS ÁGUAS DE MINAS GERAIS 2019.**
300 **Tema: 20 anos da Lei Mineira das Águas. Apresentação: IGAM.** A presidente
301 Marília Carvalho de Melo fez apresentação sobre a publicação 'Gestão e Situação
302 das Águas de Minas Gerais 2019. Tema: 20 anos da Lei Mineira das Águas',
303 produzido pela equipe do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). 'A obra
304 reúne artigos de técnicos que atuam ou atuaram no Sistema Estadual de Meio
305 Ambiente e Recursos Hídricos e da Agência Nacional de Águas (ANA) e traz um
306 histórico e uma avaliação da implementação da política de recursos hídricos no
307 Estado.' O documento foi disponibilizado no portal Infohidro, no endereço
308 '<http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br>'. **Manifestações. Conselheiro Eduardo**
309 **Machado de Faria Tavares:** "Eu sou uma pessoa que, até por formação, reclama
310 demais, principalmente no serviço público – porque na área privada sempre tem
311 outro interesse. Mesmo existindo a estabilidade funcional, a perda da história é
312 muito grande. Então quando se vê um trabalho desse aqui é realmente de se
313 ovacionar, de bater palmas, agradecer quem faz, quem fez e quem fará, inclusive,
314 porque fica a referência para quem fará. Então eu realmente faço questão de,
315 pessoalmente, parabenizar, não só por conhecer quase todos, mas porque acho
316 que essa iniciativa é fundamental em toda área, seja ela em termos da história ou
317 da referência da história." **Presidente Marília Carvalho de Melo:** "A ideia do
318 Conjuntura é exatamente essa. Nós temos que criar esse histórico, deixar
319 registrados os avanços e desafios. Quando o iniciamos, em 2013, inspirados no
320 que a ANA já faz, a ideia era essa. Agradeço. E acho que esses 20 anos são
321 muito significativos, especialmente com esses autores externos, pessoas que
322 construíram essa história. A história é construída, não é o retrato do momento."
323 **Conselheiro Nelson Cunha Guimarães:** "Parabéns a toda a equipe do IGAM, à
324 Marília. Nós ficamos muito felizes em ver cada ano as apresentações e realmente
325 como temos avançado, apesar das dificuldades, e que ainda são muitos os
326 desafios. Mas, com toda dificuldade, isso tem avançado no Estado. Eu acho que
327 realmente esse registro é importante, esse histórico. Não temos essa cultura de
328 estar registrando, mas realmente estamos enxergando o esforço muito grande de
329 fazer uma diferença dentro da Política de Recursos Hídricos aqui no Estado de
330 Minas Gerais." **Presidente Marília Carvalho de Melo:** "Obrigada, em nome de toda
331 a equipe do IGAM. Apesar de todas as dificuldades, como você disse, a equipe
332 do IGAM é absolutamente engajada. Alguns secretários que passaram por aqui
333 falavam isso, a gente entra para o trabalho, e vira uma causa. Então realmente
334 são pessoas que vestem a camisa e buscam superar todas essas dificuldades
335 financeiras, de falta de pessoal, para que possamos entregar à sociedade aquilo
336 a que o IGAM se propõe." **Conselheiro Marcos Miguel Temponi Godinho:** "Em
337 nome do Crea, eu quero parabenizar o IGAM pela iniciativa. Eu acompanho o
338 IGAM desde que nasceu, desde 99. Eu trabalhei na Copasa por 30 anos, sempre

339 andamos ao lado do IGAM. Houve um propósito da criação do IGAM, e na
340 caminhada do IGAM houve uma certa deficiência, um acúmulo de processo muito
341 grande, e isso travou muitas coisas. O que a Marília está fazendo é um trabalho
342 sensacional, ela está tentando colocar isso em dia. Eu quero parabenizar a você,
343 Marília, pelo seu esforço, que eu tenho visto. Realmente, sair de 300 para 1.500
344 já é um grande passo. E parabenizar por gravar ali o histórico do IGAM ao longo
345 de todos esses 20 anos, com toda a deficiência, com todas as questões políticas.
346 Uns querem, outros não querem, mas nós vamos fazendo da forma que tem que
347 ser feita realmente. Quero parabenizar a todos vocês, em nome do Crea, vendo
348 que realmente é um papel muito exemplar que vocês estão fazendo.” Presidente
349 Marília Carvalho de Melo: “Novamente, agradecer. Na verdade, como eu disse,
350 não só o retrato dos 20 anos é o resultado de uma história de todos que passaram
351 pelo IGAM, diretores, servidores, assim como os resultados que o IGAM hoje tem
352 apresentado é o resultado de uma equipe. Uma equipe coesa. Hoje nós temos a
353 felicidade de termos praticamente todos os diretores funcionários de carreira. É
354 um trabalho muito alinhado, de uma equipe muito coesa e com esse proposto.
355 Hoje entram 900 processos de outorga por mês no IGAM, e nós analisamos 1.500.
356 Ou seja, quando acabar o passivo, em menos de um mês nós vamos concluir um
357 processo de outorga. Então essa é a nossa luta hoje, para acabar o passivo, para
358 que tenhamos celeridade e qualidade técnica na análise dos processos que
359 garantam uma gestão efetiva de recursos hídricos. Porque a outorga no papel não
360 é nada, nós temos que garantir é a água disponível em quantidade e qualidade.
361 Por isso que a gestão é mais importante do que o certificado emitido.” Conselheiro
362 José de Castro Procópio: “Água, antes de mais nada, é uma figura mãe. E eu não
363 poderia deixar de reconhecer que a grande maioria do grupo, as mulheres estão
364 dominando as águas. E parabéns a elas. Devagar, nós vamos avançando. É uma
365 missão nobre, de mãe, de manutenção da vida. Muitas delas companheiras de
366 trabalho e de batalha de carreira nessa longa história estrada de fazer com que a
367 água não acabe. Então meus parabéns. E que possamos evoluir, que a equipe
368 possa aumentar, que o trabalho possa ser mais eficiente e eficaz, e que tenhamos
369 água nos rios e que isso permaneça. Então meus parabéns. Um grande abraço,
370 e que as águas venham com mais força por aí.” Conselheiro Guilherme da Silva
371 Oliveira: “Primeiramente, parabenizar a toda a equipe do IGAM. Ainda não
372 tivemos oportunidade de ver o trabalho, mas não temos dúvidas do documento
373 baseado na equipe técnica que realizou. Então parabéns a todos vocês. Muitas
374 vezes falamos o tanto de coisa que falta para fazer para melhorar a gestão, mas
375 esse documento é interessante para mostrar o que já foi feito. Partindo do que já
376 foi feito, ajuda muito a melhorar o que tem a ser feito ainda. Muita coisa construída.
377 Parabéns pela iniciativa, pela equipe, pelo trabalho.” Conselheiro Odorico Pereira
378 de Araújo: “É com certeza desafiador, Marília, fazer mais com menos. O que vocês
379 têm feito é uma coisa assim às vezes até inacreditável, o que vocês têm feito para
380 a gestão de recursos hídricos de Minas Gerais. Então isso para nós traz uma
381 segurança muito grande como usuários de água. Então parabéns a toda a sua

382 equipe, e que continue assim. Esse é um produto não histórico, um produto de
383 informação. Ele tem muita informação que nós podemos usar no nosso dia a dia.
384 Isso que é importante. Parabéns a toda a equipe.” Conselheiro José Hermano
385 Oliveira Franco: “Reiterar os parabéns, já que eu sempre comentei isso, há alguns
386 anos, desde que eu percebi a seriedade com que o IGAM sempre foi tratado. Eu
387 percebo o que você falou aqui muito claramente, as pessoas entram funcionários
388 e abraçam uma causa. Sempre lamentei o ‘único porém’ que eu achava, que
389 sempre achei e continuo achando, que o IGAM cabia em uma Kombi, não tem
390 estrutura, falta investimento, mais gente. Técnica, competência e
391 comprometimento tem de sobra dentro do IGAM. Falta esse entendimento, acho
392 até que da sociedade como um todo, porque falta entendimento de quem está
393 para cima ainda, de falar ‘isso é muito mais sério do que parece, é muito mais
394 importante e precisa de muito mais investimento’. Falta uma SEMAD que não
395 tenha pires na mão, apesar da arrecadação que faz. Falta o IGAM ter recursos
396 suficientes. Competência tem de sobra. E é muito importante registrar o histórico
397 do tanto que já se avançou. Nós tendemos a falar sempre ‘está faltando’, mas
398 olhem o tanto que com tão pouco tem sido feito. Então queremos dar parabéns,
399 sim, e seguir nessa tentativa de convencer as pessoas do óbvio. Água é a coisa
400 mais importante que nós temos. Se não investirmos nisso mais, vai ficar cada vez
401 pior para todo mundo, em todos os setores, em todas as Secretarias, em tudo o
402 que tratamos. Parabéns, Marília, parabéns a todos vocês que participaram e
403 participam disso todo, porque eu sei que vocês lutam também, como a gente vem
404 lutando também, de igual para igual, todo mundo junto tentando fazer.”
405 Conselheiro Pedro Luís Pereira Ribeiro: “Eu não posso deixar de parabenizar toda
406 a equipe por esse trabalho. Isso é um registro histórico e é o que muito nos falta
407 às vezes em diversos setores. Então parabéns.” Conselheiro Denes Martins da
408 Costa Lott: “Eu quero registrar a grande validade desse trabalho para a melhoria
409 da quantidade e qualidade das águas futuras. E quero registrar o seguinte: o
410 Estado, o IGAM ‘não dão bom dia nem boa tarde’, mas as pessoas, sim. Eu quero
411 parabenizar a sua pessoa como liderança desse projeto. Parabéns. E parabéns à
412 toda a equipe.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Toda vez que eu faço
413 aniversário, dia 17 de julho, uma das coisas que vêm à minha cabeça é quando
414 foi homologada a Lei das Águas, se não me engano, no Palácio do Governo.
415 Estavam eu e Almir Paraca com o governador Azeredo. E desde então nós
416 sempre fomos muito bem tratados pelo pessoal do IGAM, por todo mundo,
417 principalmente as meninas do passado. Sempre nas falas que tenho dito quando
418 falo sobre estrutura do IGAM, eu não posso deixar de falar que a segunda
419 Secretaria maior arrecadadora do Estado é a SEMAD e que o Sisema não pode
420 continuar como está. O Sisema precisa de estrutura. Estou falando todo o Sisema.
421 Nós estamos cansados de usar nossa criatividade, embora ela seja
422 importantíssima. Mas os recursos têm que chegar para desenvolver as atividades
423 em todos os níveis dentro do Sisema. Eu fico vendo as dificuldades dos Comitês.
424 O recurso vai para outras bandas, e são milhões que deveriam estar sendo

425 utilizados para estrutura do IGAM. E quando acontecem desastres como os que
426 têm acontecido a gente vê que existe uma falha muito grande do Estado, que o
427 Estado não teve recurso e estrutura para acompanhar as atividades. Por exemplo,
428 eu nunca aceitei que um empreendedor consegue o licenciamento do
429 empreendimento, e o Estado não está ali desde o início acompanhando o projeto,
430 a implantação e a operação daquele empreendimento. E nós vemos que isso
431 acontece exatamente porque não tem estrutura. Só existe estrutura quando existe
432 fiscalização. Então quero parabenizar o pessoal que elaborou essa memória. Eu
433 acho que isso é fundamental. Eu até tentei, quando assumimos a diretoria do CBH
434 Paracatu, em junho do ano passado, resgatar a memória do CBH Paracatu. Mas
435 como nunca teve uma estrutura do jeito que tinha que ter, se perdeu muita coisa,
436 documento, ata, uma confusão. Só agora que estamos tentando resgatar alguma
437 coisa que sobrou para que possamos ter um trabalho desse. Eu acho que todos
438 os Comitês tinham que tentar fazer isso. No Comitê do Paracatu mesmo, quando
439 foi criado, não existia nem máquina de fazer fotografia digital. Então não temos
440 quase nada, não temos arquivo, não temos memória de nada. E hoje fica mais
441 fácil fazer alguma coisa. Fica o meu reconhecimento. Não vou falar em nome de
442 Comitê, não vou falar em nome de setor, porque nós sabemos como são as coisas
443 dentro desses Comitês e do setor da sociedade civil. Muitos reconhecem, outros
444 não reconhecem. Mas em nome do Movimento Verde de Paracatu eu quero aqui
445 reconhecer. Obrigado a todos, fica o nosso reconhecimento. E vamos comemorar
446 mais 17 de julho por aí.” Conselheira Hélcio de Miranda Baptista: “Também dar
447 os parabéns, em nome da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, e
448 reconhecer o brilhantismo de uma equipe pequena, reduzida, mas capaz, com a
449 capacidade técnica muito grande. E torcer para que vocês continuem por mais
450 tempo assim desenvolvendo um trabalho tão brilhante igual têm desenvolvido.”
451 Maria de Lourdes Pereira dos Santos: “Eu entrei no IGAM em 2 de janeiro de
452 1985. Era o DAE, eram 1.200 pessoas, uma autarquia, o Departamento de Água
453 e Energia. E à época o Dr. Roberto Carneiro era o diretor geral. Eu me lembro de
454 que eram 1.200 pessoas, e fazia, inclusive, eletrificação rural. Em seguida, foi
455 para a Cemig, e todo mundo sabe a história. Nós passamos por períodos
456 extremamente politikeiros no DAE, no DRH, no IGAM, e eu saí de lá em
457 dezembro de 2000, e fui para a Vale em janeiro de 2001. E eu fico impressionada
458 de como o IGAM se transformou em um centro de excelência técnica necessário
459 para essas discussões e, inclusive, necessário para nós, que trabalhamos depois
460 em empresa privada, porque o IGAM criou um cenário de credibilidade. Por
461 elegância, não vou citar os nomes anteriores, mas nós tivemos momentos
462 terríveis no IGAM, momentos em que tinha cadeiras quebradas, mesas. A gente
463 não tinha material, não tinha nada. E hoje eu não vou elogiar a Marília por mim,
464 todo mundo vê uma pessoa extremamente capacitada e qualificada. E não vou
465 deixar também de citar aqui o Dr. Sebastião Virgílio, que foi com ele, na década
466 de 90, que as coisas começaram a melhorar e para nós claramente. Então só
467 parabenizar. Parabéns, Marília.” Luiza de Marillac Moreira Camargos: “Foi a lude

468 que me tirou, em 97, de onde eu estava trabalhando para ir para o IGAM. Quando
469 cheguei lá, eu falei: 'O que eu vou fazer?' A lude não me atendia de jeito nenhum.
470 'Vamos conversar, com é esse trabalho do IGAM?' Isso em 97. E vemos isso tudo
471 hoje. E depois eu fui pelejando, a lude 'nunca me atendeu', mas deu tudo certo.
472 Ver isso hoje, gente, é lindo demais, porque, se a gente sai do IGAM, o IGAM não
473 sai da gente, não tem jeito. Eu fico doida para não fazer nada, mas quando vem
474 essa coisa toda das águas, de gestão de recursos hídricos, é maravilhoso. Eu
475 passei aperto demais aqui neste lugar. Criar Comitê... Esse Valter Vilela 'não
476 aprovava nada'. 'Pode voltar, pedido de vista'. Que peleja. Mas ao mesmo tempo
477 íamos aprendendo como que tinha que fazer e fomos aprimorando. Mas é muito
478 bacana estar aqui e nem vou falar, porque eu fico parece que fazendo graça, que
479 sou bem-humorada mesmo. Mas está lindo, Marília. Esse povo todo do IGAM que
480 entrou naquele concurso... A gente não tinha ninguém no IGAM, eram só gatos
481 pingados. Aí teve aquele concurso, e vieram essas meninas lindas. Ter contato
482 com essa turma do IGAM é muito bacana. Ainda tem muita coisa por vir. Essas
483 cabeças deles são maravilhosas, nós conversamos com eles. A gente pensava
484 nisso, e eles estão fazendo isso tudo acontecer. Muito bacana." Zuleika Stela
485 Chiacchio Torquetti: "É uma palavra de agradecimento. Estou de férias prêmio da
486 FEAM, vou me aposentar no próximo ano, mas, como a Marillac falou, como o
487 IGAM não sai dela, a FEAM também não sai de mim. E para mim foi uma grande
488 alegria de receber o convite para participar desse trabalho, eu me senti muito
489 honrada, muito valorizada. E queria ressaltar a metodologia que foi utilizada por
490 vocês para que esse trabalho pudesse ser finalizado, pudesse ser construído e
491 concluído em um prazo relativamente curto. O empenho da sua equipe, a sua
492 coordenação, a coordenação dos capítulos, quem vai ler não vai perceber isso,
493 mas isso foi uma coisa muito legal. Eu queria te dar os parabéns por esse
494 empenho. Colocou data, colocou meta, mas, se não fosse assim, talvez não
495 estivéssemos aqui hoje tendo a oportunidade de lançar o trabalho, que conta uma
496 história que é de todo mundo. Como você lembrou, eu estava na FEAM quando
497 começou o 'Águas de Minas'. Eu participei, e, para mim, é uma alegria imensa
498 poder também agora participar de um pedacinho dessa publicação. Agradeço por
499 algumas sugestões que eu dei terem sido atendidas, colocadas no documento.
500 Vocês sabem, a FEAM sempre foi parceira do IGAM, e eu espero que essa
501 parceria continue, porque, dentro do Sisema, não podemos ficar dividindo muitas
502 agendas, todo mundo tem a responsabilidade para melhoria da qualidade
503 ambiental." Zenilde das Graças Guimarães Viola: "Para mim, é uma honra estar
504 participando desse trabalho, embora eu esteja de licença do IGAM. Eu estou no
505 Senai acompanhando a parte das análises laboratoriais, sou responsável técnica
506 hoje das análises que são feitas para o IGAM no âmbito do projeto Águas de
507 Minas. Então tenho total vínculo ainda com o trabalho, tenho acompanhado de
508 perto e junto com a equipe toda. Então dar essa continuidade e acompanhar esse
509 trabalho de perto para mim é muito importante. A minha formação acadêmica,
510 considerando que trabalhei com o projeto na Bacia do Rio Doce. Até publiquei,

511 recentemente, um trabalho, que foi antes do rompimento da barragem. E agora
512 estamos trabalhando, acompanhando as situações depois do rompimento. E
513 agora lá dentro do Senai, nessa parte laboratorial, a partir do próximo ano, eu vou
514 trabalhar o meu pós-doutorado na Bacia do Rio São Francisco e trazendo para o
515 Estado uma avaliação que ainda não é muito divulgada, por questões
516 metodológicas. E no projeto junto com a Cemig nós conseguimos fazer aquisição
517 de um equipamento que vai nos permitir fazer as análises dos desreguladores
518 endócrinos e dos agrotóxicos que a gente nunca detecta nos corpos d'água. Então
519 eu vou conduzir um pós-doutorado nessa linha e principalmente na questão da
520 amostragem, que é a parte mais difícil desse tipo de trabalho. Ou seja, estou
521 trabalhando ainda com recursos hídricos. Realmente, esse trabalho não sai da
522 gente. É um empenho muito grande, ajudando também em outras atividades do
523 IGAM. Então fico sempre à disposição. O meu objetivo é sempre somar, estando
524 em qualquer posição.” Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares: “Eu
525 queria dar uma olhada na página, porque nós estamos fazendo essa busca
526 histórica. E aproveitando a presença de uma pessoa aqui para saudar o Paulo
527 Romano. Porque o Paulo Romano, como bom mineiro que é, foi precursor nessa
528 discussão de águas. Leve o meu abraço, porque realmente eu acho que ele tem
529 que ser uma pessoa que deve ser lembrada sempre quando se fala das águas
530 aqui.” Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares: “Uma outra questão que
531 eu queria complementar é que eu acho que nós que participamos do ativismo há
532 anos trazemos isso para os dias atuais. E foi exatamente com o Paulo Romano
533 que eu comecei a entender essa questão de recursos hídricos, pelo viés do
534 movimento Cidadania pelas Águas, que eu acho que começa agora a ser
535 percebido pela sociedade. Inclusive, o maior material de educação ambiental que
536 eu já conheci sobre recursos hídricos até hoje era o material que era produzido
537 pelo movimento Cidadania pelas Águas. Então o que Paulo Romano tentava
538 mostrar agora a comunidade começa a absorver, depois de vinte e tantos anos.”
539 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Agradeço a todos mais uma vez a
540 manifestação de carinho ao IGAM e a todos os servidores. Realmente, ainda
541 temos muito a fazer, ainda tem um caminho longo pela frente. E eu falo com eles
542 todos os dias, o meu desafio aqui é preparar o IGAM para qualquer diretor geral.
543 Não tem que ser a liderança da Marília, servidora de carreira desta Casa, que vai
544 fazer o IGAM impulsionar ou não impulsionar. O que faz o IGAM impulsionar é
545 cada um desses que estão aqui, que são os nossos servidores. Eu falo sempre,
546 a cultura organizacional da FEAM deve servir de exemplo para o IGAM. Porque a
547 FEAM tem uma cultura organizacional forte, e o IGAM precisa também dessa
548 cultura. Nós temos que saber também qual é a visão de futuro do IGAM, enquanto
549 servidores, independente das lideranças que estejam aqui. Que são, sim,
550 importantes. Mas a instituição tem que ter uma base forte. Então essa base forte
551 é o que nós estamos a cada dia construindo. Então o IGAM são todas essas
552 pessoas que fazem o nosso dia a dia. Eu queria agradecer, de coração, a
553 dedicação de todos os servidores, porque não existe um bom regente sem uma

554 boa orquestra. Se eu consigo de alguma forma ajudar no crescimento do IGAM é
555 porque nós temos excelência técnica e dedicação em todos os servidores desta
556 instituição. Então eu queria registrar meu agradecimento a todos vocês do IGAM,
557 servidores como eu.” **11) VÍDEO INSTITUCIONAL DO MOVIMENTO VERDE**
558 **PARACATU (MOVER). Apresentação: Mover.** Foi feita exibição de vídeo
559 institucional do Movimento Verde de Paracatu sobre expedições realizadas no rio
560 Paracatu. Manifestações. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu estive em
561 Paracatu e Unaí acompanhando o governador Zema e depois fui, no final de
562 semana, com a secretária Ana Valentini em Entre Ribeiros. Essa é uma região a
563 que nós estamos dedicando muita atenção, especialmente na gestão dos usos.
564 Nós sabemos que é uma região crítica, porque a demanda é muito alta. E na
565 oportunidade em que eu estive lá, acompanhando o governador, o
566 superintendente da Codevasf mencionou que o Paracatu – isso nós sabemos – é
567 o maior contribuinte em termos de vazão ao São Francisco, mas também é o
568 maior contribuinte em sedimentos. Então é ele que aporta a maior quantidade de
569 sedimentos no São Francisco, e isso traz um desafio à gestão do território ali. O
570 pessoal da Seapa vai apresentar o trabalho de revitalização em seguida, porque,
571 por ser uma área que tem um potencial ainda de ampliação de produção agrícola,
572 as técnicas – lembrando o Paulo Romano com o Zoneamento Ambiental e
573 Produtivo – conservacionistas de gestão de água e solo precisam ser, de fato,
574 aprimorados nessa região.” Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares:
575 “Primeiro, o Tonhão não falou qual é o caminho das pedras no São Francisco.
576 Porque ele está andando sobre a água. E, apesar de eu não ser especialista, ali
577 fica evidente uma coisa muito curiosa. Porque o Tonhão a vida inteira negociou
578 com os irrigantes da região do Paracatu, porque estava sendo suprimida a água
579 do rio a favor do beneficiamento da agricultura. Mas, quando olhamos ali, a largura
580 do rio Paracatu, a capacidade volume dele está completamente reduzida por
581 causa dos sedimentos. Aí que entendemos que recursos não são água. Quando
582 você desmata aquela região, seja de que natureza for, que bioma for, e começa
583 a produzir... Também não tenho nada contra a alimentação, porque nós temos
584 que comer, mas os cuidados têm que ser tomados. Porque a vida inteira fizemos
585 as coisas sem pensar muito bem no que acontecia no momento seguinte. E aqui
586 ficou clara a quantidade de sedimentos que tem no Paracatu. Pode ser areia, de
587 mineração, de solo que foi arado e ficou solto. Enfim, tem todo tipo de solo ali
588 naquele no fundo do Paracatu. E ficou claro na apresentação.” Conselheiro
589 Antônio Eustáquio Vieira: “Eu trouxe só para vocês verem a situação. De maio
590 para setembro. O pilar da ponte estava com 90 cm de água no dia 15 de maio, e
591 no dia 15 de setembro estava sem água nenhuma. Agora, uma ponte daquele
592 tamanho, imaginem como era no passado. Só para vocês terem conhecimento e
593 verem os desafios que nós estamos enfrentando. E isso eu não considero que
594 seja uso de água, porque nesse período estava tudo parado. Mineradora,
595 irrigante, estava tudo parado. Salvo alguns usuários que têm barramento em
596 vereda que não deixa a água residual descer. Ou de algum outro barramento. Mas

597 isso é nada mais, nada menos que a cobrança da natureza devido ao
598 desmatamento que teve na região, em que nós perdemos 75% da cobertura
599 vegetal. Então está aí só para vocês terem uma noção e verem o que estamos
600 passando lá no dia a dia.” Conselheiro Hélcio de Miranda Baptista: “Eu vou pegar
601 carona aqui na palavra desmatamento. Vocês estão vivenciando essa triste
602 situação dos rios, e eu, da minha parte, estudei saneamento e a questão de
603 hidrologia. Na parte teórica, técnica, para fazer um diagnóstico, tem que ter um
604 conjunto de elementos e de dados para suprir essas informações. Eu trabalhei
605 com cálculo de barragem para perenização. E o primeiro levantamento que
606 fazíamos seriam o índice pluviométrico e os mapas pluviométricos das regiões. E
607 eu acho que seria interessante, além do desmatamento, também ter
608 conhecimento das precipitações e a variação. Pelo que vi na exposição anterior,
609 a dificuldade maior de Minas e do Brasil é que não temos dados pluviométricos
610 suficientes para fazer diagnóstico. Então eu acho que seria aconselhável que
611 esses Comitês tivessem estações pluviométricas que abastecessem os dados. As
612 agências e tal, que nos abastecessem desses dados para fazer o diagnóstico da
613 parte pluviométrica. E por outro lado eu acho que além da falta das matas ciliares
614 tem mais a questão do impacto dos esgotamentos sanitários. Eu acho que não
615 tem a ver, mas por outro lado eu acho que também é um dos índices de impacto
616 que tem para essa situação, que a meu ver é um conjunto de causas. E estudando
617 essas causas podemos propor ações de mitigação e até de eliminação dessa
618 situação para mim até calamitosa.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “No
619 Paracatu, inclusive, nós instalamos uma estação telemétrica, no ano passado.
620 Foram duas na Bacia do Paracatu, sendo uma no Santa Isabel, exatamente para
621 dar base a essas avaliações. Nós estamos conversando com a Agência Nacional
622 de Águas para que possamos ampliar as estações automáticas, porque são elas,
623 de fato, que nos dão a condição de avaliar as causas do problema. É uma região
624 agrícola importante do Estado de Minas Gerais, uma região em que nós temos,
625 inclusive, várias sub-bacias já com projetos para implementar o Zoneamento
626 Ambiental e Produtivo, para que possamos fazer essa gestão integrada de água
627 e solo, que é fundamental. Tem uma redução nos índices de chuva, nos últimos
628 anos, no Estado de Minas Gerais, e a nossa equipe está acompanhando isso.
629 Mas é uma região realmente de alta demanda, e por isso precisamos regularizar
630 esses outros usos. Porque os usos regularizados o IGAM conhece e faz gestão,
631 mas tem usos irregulares que muitas vezes são o que causam questões como
632 essa.” Conselheiro Jadir Silva Oliveira: “Tonhão, mais uma vez, parabéns por nos
633 mostrar isso. Nós que vivemos na região, que temos projeto lá, sentimos isso
634 muito na pele. O problema está posto, a agricultura existe, a demanda pela água
635 está lá. Se não se construir uma alternativa de armazenagem de água para
636 sustentar o que já está instalado lá, está condenado a não poder crescer mais
637 nada. Nós temos dois grandes projetos ali. Um em Entre RIBEIROS. Existe por
638 causa da irrigação, a tecnologia está chegando, já temos um projeto piloto de
639 irrigação de cana por gotejamento. Talvez vão ser as coisas que vão conseguir

640 sustentar os projetos. Eu sei que você é voz sozinha nesse monte de coisa desse
641 assoreamento, você vive falando de construir barragem, de tirar a água da estrada
642 para não ir para dentro do rio. Você é uma voz quase sozinha disso lá. Eu acho
643 que temos que nos dar mais a mão para fazer funcionar. Você está falando em
644 dez anos. É muito otimismo, porque a demanda hoje é para zerar. E precisamos,
645 realmente, a partir do diagnóstico que você põe para nós, buscar essa solução de
646 como armazenar, como fazer. Quem sabe a outorga sazonal, no momento em
647 que você tem água para poder buscar essa estocagem para segurar. Porque
648 senão realmente aquela agricultura pujante que tem lá, dependente de irrigação,
649 só existe porque precisa dessa água, daqui a pouco não sobra água, e o Paracatu
650 vai deixar de ser o grande tributário do São Francisco, porque precisa dessa água.
651 Então realmente parabéns, obrigado pela mostra que você traz para nós, de um
652 trabalho voluntário seu. E pode nos envolver nisso, que o setor está muito
653 preocupado com a nossa subsistência lá. Já nos reunimos com a Marília para
654 mostrar isso, e realmente precisa.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito
655 bem falado por você, Jadir. Eu acho que nós precisamos, de fato, pensar sobre a
656 política de reservação no Estado de Minas Gerais. Esse é um ponto que temos
657 discutindo muito com a Seapa. Agora, em bacias como essas, em que vemos um
658 aporte de sedimentos significativo no rio, não adianta ter reservatório, se tiver
659 gestão do solo. Porque os reservatórios serão assoreados com uma rapidez muito
660 grande e não trarão o papel que a reservação realmente tem, que é acumular
661 água no período de chuva para se usar no período de estiagem. Sobre outorga
662 sazonal, nós já estamos nesse caminho. Captamos um recurso junto à Agência
663 Nacional de Águas, no ano passado. Estamos realizando um novo estudo de
664 regionalização de vazão de base mensal, com a vazão de referência de base
665 mensal, tanto Q7,10, Q90 e Q95. Estará concluído em maio do ano que vem. A
666 nossa ideia é que até julho do ano que vem possamos implementar a outorga
667 sazonal e trazer uma discussão para este Conselho. Porque é fundamental a
668 regionalização dos critérios de outorga. Não dá mais para pensar em uma única
669 vazão de referência para o Estado de Minas Gerais. Nós estamos já no trabalho
670 com a UFMG discutindo isso e vamos trazer uma proposta para este Conselho,
671 em breve, quando estiver concluído, de regionalização de critérios de outorga com
672 a implementação da outorga sazonal.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Eu
673 não poderia deixar esta oportunidade de aqui no Conselho agradecer o trabalho
674 do Tonhão com a Copasa e ao IGAM também no trabalho de garantia da
675 disponibilidade hídrica no Santa Isabel para consumo humano, para
676 abastecimento público. O Tonhão tem feito um trabalho de vigilância, tem nos
677 auxiliado muito no processo de negociação junto aos outros usuários, de modo
678 que o problema que nós temos lá realmente, de uma demanda muito maior do
679 que a disponibilidade, possamos minimizar os impactos da melhor forma possível.
680 Este ano até conseguimos, não chegamos ao nível que chegamos em 2017, mas
681 acredito que se não fosse o seu trabalho isso não seria possível. Então, em nome
682 da Copasa, eu agradeço essa parceria que formamos, e vamos continuar

683 trabalhando nesse processo importante do ribeirão Santa Isabel.” **12)**
684 **REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO. Apresentação: Secretaria de**
685 **Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa).** Foi realizada a
686 apresentação, pela Seapa, do programa Revitalização do Rio São Francisco. Não
687 foram registradas manifestações do Plenário após a exposição. **13) NOVOS**
688 **PROCEDIMENTOS PARA REGULARIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.**
689 **Apresentação: Diretoria de Planejamento e Regulação do IGAM.** Foi feita
690 apresentação sobre os novos procedimentos para regularização de recursos
691 hídricos no Estado de Minas Gerais, com base no Decreto 47.705 e na Portaria
692 48/2019. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site do IGAM.
693 Manifestações. Conselheiro Thiago Salles de Carvalho: “Pode ter passado
694 despercebido na apresentação, mas em relação à declaração de reserva de
695 disponibilidade hídrica?” Marcelo Fonseca/IGAM: “Eu foquei somente as
696 inovações, aonde nós tivemos alteração nos procedimentos.” Conselheiro Marcos
697 Miguel Temponi Godinho: “Eu trabalhei 30 anos na Copasa. A Copasa vai ao rio,
698 capta a água, trata essa água, tira os sólidos dessa água. Não só a Copasa, mas
699 todas as concessionárias que captam água superficiais. E retira todo o sólido
700 dessa água, distribui a água tratada, e essa água tratada, obviamente, vai se
701 transformar em esgoto. Não são todas as cidades abastecidas que tratam seus
702 esgotos. Normalmente, esses esgotos voltam para o rio comprometendo,
703 obviamente, a qualidade do rio. O que me deixa muito espantado é o seguinte.
704 Nós estamos aqui no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Este é um
705 momento importante para falar o que estamos falando. As questões básicas. Os
706 usuários da água de um rio têm o direito a outorga, o direito de uso da água para
707 a finalidade de abastecimento público, mas não se cobra absolutamente nada a
708 partir daí. O que deveríamos fazer, literalmente, a partir do que o Tonhão mostrou
709 aqui, era ter um certo impacto, até emocional, ao ver que a água está acabando.
710 E o que nós podemos fazer aqui neste momento? Porque se não somos nós que
711 fazemos quem é que vai fazer? Quem está lá fora? Não vai fazer. Então a minha
712 colocação exata é o seguinte, o importante não é outorgar, dar o direito de uso da
713 água, o mais importante de tudo é saber qual é a finalidade, para que se vai usar
714 essa água e qual é o retorno que terá essa água. Eu estive em Pirapora fazendo
715 um trabalho de automação de uma estação de tratamento, onde eu consegui
716 acompanhar algumas manobras, descargas de decantador, limpeza de
717 decantador, floculador, filtros. O decantador de uma ETA de 300 l/s abaixou o
718 decantador a 1 m de barro. Vendo aquilo: ‘Aonde você vai jogar isso aí?’ ‘Isso
719 aqui nós lançamos no rio.’ Então se retiram os sólidos da água, trata a água, cobra
720 pelo tratamento, pega aquele barro que você tirou, todo o sólido que você tirou e
721 devolve para o rio. Eu sou conselheiro da Unidade Regional Colegiada
722 responsável pelas Bacias do Rio Velhas e Paraopeba, e fiquei impressionado com
723 isso. E teve um processo que teríamos que julgar aqui, que estavam analisando
724 se a multa prescreve ou não. E o que deixaram de lado foi exatamente a questão
725 técnica daquele processo. Era um processo que estava há 11 anos, que a Cemig

726 tomou uma multa, e estávamos julgando se caducou ou não. Eu pedi a palavra:
727 ‘Por que a Cemig tomou a multa?’ Era simplesmente porque ela tinha uma
728 barragem hidrelétrica, a barragem assoreou, a Cemig colocou uma balsa nessa
729 barragem, começou a sugar o material, o sedimento, e jogar a jusante no leito do
730 rio. Então, 11 anos depois, estávamos aqui no COPAM analisando se deveria
731 prescrever ou não a multa. Foi a partir daí que eu levantei essa questão, e nós
732 ainda perdemos esse processo por 8 a 7. Mas a questão básica é o seguinte.
733 Ficou consensado que nós vamos fazer uma moção, para a próxima reunião, em
734 que será colocada exatamente a condição de uso. Se você pode conter ali numa
735 represa, você pode conter sólidos e depois simplesmente pegar aquele sólido ali
736 e jogar para frente. Se você pode captar uma água para tratamento, tira os sólidos,
737 depois pega os sólidos e joga no rio de novo? Essa que é a condição? A pessoa
738 vai fazer uma obra, por exemplo, tira toda a forração vegetal, deixa tudo exposto.
739 Quando vem a chuva, leva, carrega tudo aquilo para o leito dos rios. Então o que
740 nós estamos fazendo aqui com relação a essa questão? Nós estamos zelando
741 aqui no Conselho por essas questões futuras? Ou nós vamos esperar,
742 literalmente, daqui a dez anos, como o Tonhão falou, para acabar literalmente
743 com o leito do rio? Então a minha preocupação, daqui a um ano, dois, eu não
744 estarei aqui – talvez não – representando este Conselho, mas hoje eu tenho a
745 obrigação de falar sobre essa situação. Existem coisas que fazemos para facilitar.
746 Marcelo, parabéns. Foram retiradas várias coisas do processo de outorga, mas
747 tem coisas, por exemplo, que eu não consigo, definitivamente, entender. Quando,
748 por exemplo, eu chego aqui e falo assim... O Marcelo colocou que o processo de
749 medição de nível dinâmico e estático era feito uma vez. Na época em que eu
750 trabalhava na Copasa, era semanal. Tinha o controle sazonal de poços. Era
751 semanal. Aí passou a ser mensal. E agora é semestral. Eu perguntaria para o
752 Marcelo qual a razão de se medir nível dinâmico e estático de um poço. Para que
753 se mede nível de dinâmico e estático de um poço? Por que estou fazendo essa
754 pergunta? Porque estou tentando implantar uma tecnologia em que se monitora
755 o nível de água do aquífero. Ali você vai saber em tempo real a quantas anda a
756 caixa d’água. Se aonde você retira água você não tem interesse de saber qual é
757 o nível de água, eu não sei qual a razão. Eu gostaria, Marcelo, que você me
758 respondesse. As minhas colocações, nós já vamos tomar providências, vamos
759 fazer uma moção na reunião da URC, em janeiro ou fevereiro. Nós vamos
760 apresentar. Com relação a isso, é só para deixá-los a par da situação. E eu
761 gostaria dessa resposta, Marcelo, que eu não consegui entender o porquê de se
762 medir nível estático e dinâmico de um poço tubular profundo.” Marcelo
763 Fonseca/IGAM: “Essa alteração tem fundamento em uma regra. A Resolução
764 Conjunta SEMAD/IGAM 2.302 colocava que todos os poços, independentemente
765 da sua localização, precisariam fazer esse tipo de verificação. E em consulta a
766 especialistas, em especial a alguns professores da Universidade Federal de
767 Minas Gerais e da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, foi colocado que
768 isso é algo interessante, mas que não precisa ser em todas as regiões, em todos

769 os poços. Então nós retiramos a obrigatoriedade mensal de uma regra geral, mas
770 na norma foi colocado que essa avaliação é no mínimo semestral. Então agora, a
771 partir de avaliações técnicas, e a critério do analista, de acordo com essa situação,
772 poderá, sim, ser retomada a periodicidade mensal, de acordo com as
773 características de cada região e de cada poço. Foi essa a regra que alteramos,
774 no sentido de dar maior facilidade, principalmente para os pequenos usuários de
775 poço tubular. É outorgado em todo o Estado, exceto na região Norte, no
776 Semiárido, onde é uso insignificante. Mesmo assim, precisa ter monitoramento.
777 Então nós fizemos essa revisão, racionalizamos o procedimento para, aonde
778 efetivamente for necessário, alimentar essa regra do monitoramento mensal.
779 Inclusive, é possibilitada a exigência da utilização de telemetria, da mesma forma
780 que é utilizado para água superficial.” Conselheiro Marcos Miguel Temponi
781 Godinho: “Quando você coloca como critério que a medição de nível dinâmico e
782 estático deverá ser semestral, aí você fala com a Copasa assim: ‘Copasa, você
783 usa água aí, mas não precisa de medir nível dinâmico mais nem estático, só uma
784 vez a cada seis meses.’ Tem, por exemplo, a Coca-Cola, que usa água do lençol
785 freático para fabricar o refrigerante. Quer dizer, uma empresa que capta uma água
786 para distribuir a uma população está usando aquela água para vender, para
787 atender alguém. Então os usuários profissionais da água, obviamente, têm que
788 fazer o controle sistemático online. Isso tem que ser feito, porque você tem que
789 saber a quantas anda o seu recurso hídrico. O que eu aconselho na realidade? A
790 Copasa tem poços em Minas Gerais inteiro. Se você estipula o contrário, ao invés
791 de fazer uma coisa semestral, você fala que tem que ser uma coisa em tempo
792 real, o próprio IGAM vai ter o resultado, um gráfico temático de Minas Gerais.
793 Como está o reservatório subterrâneo? Hoje, por exemplo, não sabemos nem a
794 quantas andam o reservatório superficial, os rios, os leitos. E quanto mais a água
795 de captação subterrânea. Então eu acho que isso está a tempo de ser mudado.
796 Eu dou uma sugestão aqui. Usuários que utilizam de poços tubulares profundos
797 para consumo próprio, você pode colocar essa situação. Mas pegar uma indústria
798 que se utiliza de poço tubular profundo e falar que pode fazer monitoramento
799 semestral, isso eu acho que é abrir mão de uma coisa, e o IGAM não tem dinheiro
800 para fazer as coisas. Então tem que colocar as empresas em favor de monitorar
801 e de fazer o que tem que ser feito.” Marcelo Fonseca/IGAM: “É exatamente o que
802 a norma permite ao tirar a obrigatoriedade de todos e deixar a critério técnico a
803 imposição dessas medidas.” Conselheiro Pedro Luís Pereira Ribeiro: “Antes da
804 pergunta, eu queria fazer um comentário em cima do que o colega comentou. Eu
805 concordo com relação a descarga dos sedimentos, pega água, trata e descarta,
806 mas como usuários – porque ele generalizou, chamou usuário –, como usuários
807 hoje, nós pagamos pela captação, tratamos a água e, ao descartar, temos a tabela
808 periódica para controlar os parâmetros ao descarte. Então eu gostaria de deixar
809 isso muito claro. Eu acho que é de conhecimento de todos, mas a isso nós somos
810 obrigados, não só uma questão de consciência, mas até por condicionantes das
811 licenças que nos são concedidas, de operação. E a minha pergunta é que você

812 colocou na apresentação que tem um prazo de três anos para se fazer o uso da
813 outorga concedida. O volume a ser utilizado tem um limite, passa a ser 10%, 20%,
814 50%? E pode ser contínuo ou tem que ser intermitente? Como vai ser essa regra?”
815 Marcelo Fonseca/IGAM: “Qual é o objetivo desse dispositivo? É não garantir
816 reserva hídrica. Se você iniciar o uso da água, independente se parcial ou não,
817 você garante o seu direito.” Conselheiro Pedro Luís Pereira Ribeiro: “Ainda porque
818 eu fiz jus ao direito da reserva. Se eu outorguei 100 e estou usando 50...” Marcelo
819 Fonseca/IGAM: “Aí o instrumento de cobrança que vai equalizar...” Conselheiro
820 Pedro Luís Pereira Ribeiro: “Porque eu já pago por isso. Pelo menos no nosso
821 instrumento de cobrança tem as duas parcelas, o outorgado e o efetivamente
822 utilizado.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Eu só reforço essa colocação
823 do IGAM e até cumprimentar por todo o cuidado que o IGAM teve na revisão
824 dessa norma, que teve uma avaliação como consulta técnica, com lições que
825 realmente têm a propriedade, inclusive, para verificar qual é a necessidade de
826 monitoramento. E dar essa flexibilidade. Dependendo da situação, esse
827 monitoramento poderá e deve ser mais frequente. A outra questão que eu queria
828 fazer também, porque foi citada aqui a questão do saneamento, e foi colocado
829 pela Copasa. A questão do tratamento de resíduos do tratamento de água é uma
830 questão avaliada no próprio licenciamento das unidades. As unidades novas de
831 tratamento de água, a questão do tratamento de resíduos hoje é avaliada e
832 solicitada. O que acontece – isso não é com a Copasa ou com os SAAEs de Minas
833 Gerais; isso é no Brasil como um todo – é um passivo ambiental que nós temos
834 de unidades da década de 60, da década de 70, da década de 80, uma infinidade
835 de unidades que realmente precisam ser adequadas. Mas hoje, a legislação,
836 como o Pedro, do IABr falou, não permite se fazer esse tipo de ação.” Conselheiro
837 Antônio Eustáquio Vieira: “Eu acho que temos que aproveitar a oportunidade
838 também nesses Colegiados, tanto deste aqui, como o COPAM, para fazer
839 proposições. Por exemplo, eu já tenho dito, há mais de dez anos por onde
840 participo, a respeito das estradas rurais, que 72% da morte dos corpos de água
841 são causadas pelas estradas rurais. E não se toma providência no sentido de ter
842 uma norma obrigatória para os municípios. O município é quem detém a
843 titularidade de cuidar das estradas rurais. Só no meu município são 10 mil km de
844 estrada, carreando sódio dia e noite para dentro dos corpos d’água. Além disso,
845 qualquer proprietário rural hoje pode arrumar uma pá carregadeira – eles usam lá
846 muito retroescavadeira – para fazer as barraginhas. Sem critério nenhum, não
847 existe norma nenhuma. Eu já tentei isso em uma resolução conjunta COPAM e
848 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e não andou para frente. Tem anos que
849 eu tentei isso aqui. Já tentei isso no Conama, por quatro anos, para criar uma
850 norma para isso. Não tem norma. Os prefeitos das cidades utilizam da politicagem
851 para atender os pequenos e fornecem horas de trator, horas de gradagem de terra
852 ao pequeno produtor e arrebatam os municípios carreando sólidos para dentro
853 dos rios. Então eu acho que nós temos que ser proativos e tirar algumas diretrizes
854 nesse sentido. Ou então apresentar uma moção conjunta para que o Estado tome

855 juízo e resolva isso. Porque se as prefeituras tivessem pelo menos um RT, com
856 relação a estradas rurais e gradagem de terra, já era um ganho muito grande.
857 Embora tenha muitos que têm ART e que não fazem nada e não respeitam. Tanto
858 que nós estamos cheios de construção em APP com a placa de 2x2 m com nome
859 de engenheiro, Crea, ART e tudo mais, e que não se toma providência. Então eu
860 acho que temos que pensar em alguma coisa nesse sentido. Eu vou ver se
861 consigo idealizar uma moção para isso. Outra coisa, hoje aqui se falou várias
862 vezes em outorga sazonal. Aí eu pergunto, porque sou um biólogo, não sou um
863 técnico hidrólogo. Eu pergunto o seguinte. Você tem uma outorga sazonal na
864 bacia do Paracatu. Chega o mês de setembro, está todo mundo parado. Qual é a
865 utilidade da outorga sazonal nesse sentido? Porque o rio não tem água. E a
866 outorga sazonal vai servir para quê? É por isso que eu falo que o problema nosso
867 não é o uso de água, o problema é de estrutura de solo, desmatamento, essa
868 coisa toda. Então, se quiser comentar sobre isso. E uma outra coisa que eu queria
869 que você comentasse para mim também, Marcelo, é o seguinte. Quando você
870 pega autorização para perfuração e pesquisa de um poço artesiano, você tem
871 prazo de dois anos para isso, se não me engano. Aí eu pergunto. Se tem um prazo
872 de dois anos, e não foi resolvido, por que o Estado renova isso? O prazo é de dois
873 anos. Pelo que estou sabendo, é isso. Porque está uma guerra lá em Paracatu
874 pelo seguinte. Eu não sei, não conheço, até queria conversar com a Marília sobre
875 isso. O pessoal está dizendo que foram renovadas mais de dez outorgas de poço
876 artesiano para perfuração e pesquisa da mineradora lá de Paracatu. E o pessoal
877 está dizendo: ‘Não são dois anos que eles podem procurar e pesquisar? Por que
878 renovou então? Eu queria que você me respondesse isso para que eu tivesse
879 pelo menos alguma ideia e levasse uma resposta para o pessoal lá.’ Marcelo
880 Fonseca/IGAM: “No caso de outorga sazonal, hoje a vazão requerida já é sazonal.
881 Então nós já outorgamos com vazões diferenciadas mês a mês. O que não é
882 analisado de forma sazonal é a disponibilidade hídrica. A Q7,10, hoje utilizada, é
883 de base anual. Pego a pior vazão do ano inteiro, com dez anos de recorrência, e
884 aplico para todos os meses. No caso de que estamos falando, de outorga sazonal,
885 é a disponibilidade sazonal. Então vai ter uma Q7,10 para janeiro, fevereiro,
886 março, e assim sucessivamente. Isso vai permitir que nesses meses quando
887 tenho uma maior disponibilidade hídrica o usuário possa fazer uma captação
888 maior e, se for de interesse dele, fazer uma reservação para utilização nos meses
889 de menor vazão. Com relação ao outro item, a pesquisa hidrogeológica para fins
890 de rebaixamento, a outorga para rebaixamento de nível precisa passar por um
891 estudo, que é a pesquisa hidrogeológica. É estabelecido, inicialmente, um prazo
892 para que essa pesquisa ocorra. Mas muitas das vezes – não sei o caso específico;
893 teria que olhar no processo – pode ser que nesse período não se consiga chegar
894 à conclusão sobre o modelo, sobre os efeitos desse modelo. E aí prorroga-se a
895 pesquisa. Então provavelmente é isso, falando de forma teórica. Eu teria que olhar
896 exatamente a situação do processo para ver se é isso.” Conselheiro Antônio
897 Eustáquio Vieira: “Uma outra coisa que eu queria colocar aqui é o seguinte. Tem

898 um GT de Cobrança, que está discutindo a cobrança em Minas Gerais, a cobrança
899 pelo uso da água. O Comitê do Paracatu, há uns quatro anos, já aprovou a
900 cobrança lá no Comitê. Só que nós também decidimos que enquanto não for
901 resolvida essa questão do que se vai fazer com o recurso, como esse recurso vai
902 voltar para os Comitês. Então, por unanimidade, da mesma maneira que fomos a
903 favor da cobrança, fomos contra, enquanto não se resolver. Agora, nessa
904 discussão, até o conselheiro nosso que faz parte desse GT vai à nossa próxima
905 reunião, no dia 4 de fevereiro, para fazer um relato sobre o que está acontecendo.
906 Porque o Comitê já bateu o pé. Pode discutir a cobrança à vontade, mas,
907 enquanto a gente não tiver uma clareza a respeito do que se vai fazer com esse
908 recurso, nós não somos a favor da cobrança na Bacia do Rio Paracatu. Todo
909 mundo é a favor, desde que saibamos como esse recurso vai voltar para o Comitê.
910 Para não acontecer o que está acontecendo aqui. Eu estou dizendo isso para
911 vocês porque no dia que chegar a notícia de que o CBH Paracatu é contra a
912 cobrança todo mundo já está sabendo por que. Eu acho que, inclusive, tinha que
913 ser discutido é o contrário, o que vai ser feito com o recurso, como vai chegar para
914 os Comitês, para depois abrir mais para discussão.” Marcelo Fonseca/IGAM:
915 “Esse assunto específico da cobrança tem realmente um Grupo de Trabalho que
916 está discutindo. Inclusive, essas questões estão sendo discutidas nesse Grupo,
917 inclusive com outras propostas, de pagamento direto, uma série de questões que
918 estão sendo trabalhadas lá.” **14) RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO**
919 **PROGRAMA QUALIÁGUA. Apresentação: Gerência de Monitoramento de**
920 **Qualidade das Águas/IGAM.** Foram realizadas apresentações, conjuntamente,
921 sobre o Relatório das Atividades do Programa Qualiágua e o Mapa da Qualidade
922 das Águas ano base 2018. Manifestações. Presidente Marília Carvalho de Melo:
923 “Parabéns, Katiane, pela apresentação. O Mapa de Qualidade da Água é um
924 produto muito importante para o IGAM. Eu queria parabenizar toda a equipe, que
925 está aqui hoje representada, da Katiane, todos da equipe de Monitoramento de
926 Qualidade das Águas. Antes de passar para a discussão, eu queria fazer alguns
927 destaques sobre a apresentação. Primeiro, relativo ao mapa, nós vemos que
928 historicamente o nosso principal parâmetro de extrapolação de limite de norma é
929 E.coli, que tem uma relação direta com a necessidade de ampliação do tratamento
930 de esgoto no nosso Estado. E nós vemos essa mudança de organização
931 institucional do Sisema, com uma nova Subsecretaria de Saneamento e com a
932 Arsae também vinculada à SEMAD, como uma oportunidade para que possamos
933 pautar uma política de tratamento de esgoto para este Estado. Nós sabemos que
934 a Copasa tem a concessão de grande parte dos municípios, que há uma
935 resistência de muitos municípios na concessão do esgoto. Isso é um desafio
936 também para a Copasa. Mas a regulação forte pode trazer outros resultados,
937 inclusive, que esses municípios ou assumam a responsabilidade da sua
938 titularidade do saneamento, como já é, ou que realmente possam, de fato, ter
939 contratos ou com a Copasa ou que seja com outras empresas, para resolver essa
940 questão. Porque nós falamos muito de crise hídrica quantitativa e esquecemos de

941 falar de crise hídrica qualitativa. O Banco Mundial publicou este ano de 2019 um
942 relatório muito interessante que se chama exatamente isto: ‘Crise hídrica
943 silenciosa’. Discutindo a degradação de qualidade da água dos nossos rios no
944 mundo. Porque sempre nos atentamos à questão de quantidade de vazão. Em
945 relação aos dois acompanhamentos dos desastres, do desastre que aconteceu
946 este ano, de Brumadinho, e o de Mariana, em 2015, realmente, como a Katiane
947 tem mencionado, nós estamos apresentando em dezembro um produto que
948 sempre apresentamos em março. A rotina da equipe de Monitoramento foi
949 absolutamente alterada em função do desastre de Brumadinho este ano. Nós
950 perdemos uma servidora por causa do desastre de Mariana, que hoje a Regina
951 não trabalha para o IGAM; ela trabalha para o Sistema CIF e tem uma agenda
952 absolutamente dedicada à Câmara de Segurança Hídrica do Sistema CIF. Então,
953 além de tudo, hoje nós temos uma servidora a menos, porque ela tem se
954 dedicado, com maestria também. Regina, quero aqui registrar sua dedicação a
955 esse trabalho no Doce. E que realmente não é só uma análise fria dos dados, há
956 um envolvimento emocional com o que aconteceu com essas pessoas que
957 dependem dessas águas. É isso que nós vivenciamos este ano. Meia-noite, 10h
958 da noite, na Cidade Administrativa discutindo e acompanhando esses dados,
959 porque sentíamos uma responsabilidade de que todo boletim tinha que ser
960 lançado naquele dia, que tínhamos que avaliar os dados naquele dia, sob risco
961 de comprometer a população com a informação sobre o que estava acontecendo.”
962 Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Realmente, ficamos impressionados com
963 o trabalho de vocês no monitoramento, a dedicação da Katiane e da equipe toda,
964 que acompanhamos, realmente com disponibilidade 24 horas, apesar de toda a
965 situação que foi colocada aqui do servidor público. E realmente nós temos que
966 bater palmas de pé para vocês. Eu queria, primeiro, só fazer um comentário com
967 relação à questão do esgoto. Nós sabemos que a regulação forte tem sido uma
968 oportunidade muito grande para as empresas que são reguladas. Aí eu estou me
969 referindo especificamente à Arsae, que tem feito um trabalho muito bacana com
970 relação à questão da regulação dos serviços prestados no saneamento. E hoje a
971 eficiência de tratamento interfere na modelagem tarifária da empresa. Se não
972 cumprir as metas de eficiência... Enfim, realmente, é um trabalho excepcional que
973 está sendo feito dentro do Estado com relação a isso. Nós estamos no caminho.
974 Mas lembrar que a universalização do saneamento ainda estamos longe de
975 conseguir. E saber que o tratamento que atende à legislação hoje é o tratamento
976 secundário, que conseguimos a remoção de DBO, conseguimos a questão do
977 oxigênio dissolvido, mas temos o problema da questão microbiológica e dos
978 nutrientes, que ainda não são atendidos. A pergunta que eu queria saber é se
979 esses pontos que foram incluídos nos desastres já estão fazendo parte da rede
980 de monitoramento e vão ter essa continuidade. E uma outra questão da qual eu
981 queria esclarecimento é que eu vi na imprensa o monitoramento que a Vale está
982 fazendo também do Paraopeba. Está sendo repassado para o IGAM, como é que
983 isso vai acontecer ou está acontecendo?” Presidente Marília Carvalho de Melo:

984 “Nós assinamos, recentemente, um termo de ajustamento de conduta com a Vale
985 e o Ministério Público. Em uma audiência que nós tivemos com o juiz que está
986 acompanhando o caso de Brumadinho, a Akon, no seu depoimento, foi
987 questionada como estava auditando os dados da Vale. E naquele momento a
988 Akon disse que não havia esse acompanhamento e esse auditamento dos dados
989 da Vale. O juiz questionou sobre a veracidade, a validade dos dados. A empresa
990 respondeu, os laboratórios são acreditados etc. Mas o juiz pediu que se
991 apresentasse uma solução para isso. Nós discutimos muito sobre uma solução
992 para isso, e eram várias, desde contratar uma equipe que acompanhasse a coleta,
993 o transporte e a análise, o que para mim seria uma coisa absolutamente inviável
994 e pouco produtora. Imagina você contratar gente só para ficar do lado de quem
995 está coletando etc. E aí o Ministério Público nos procurou perguntando se haveria
996 a possibilidade de o IGAM assumir esse monitoramento. Como nós vamos
997 assumir esse monitoramento? Esse é o objeto do TAC, que teve uma discussão
998 grande. Foram dois meses de discussão desse termo de ajustamento de conduta,
999 até a assinatura agora há três semanas, se não me engano. Então vai ter um
1000 processo de transferência desse monitoramento para o IGAM, mas a Vale vai
1001 prover o IGAM de capacidade para esse monitoramento. Então vai haver
1002 contratação de equipe temporária – são dez anos de monitoramento, que é o que
1003 está estabelecido no TAC. Todo pagamento do serviço de laboratório continuará
1004 sendo realizado pela Vale, mas a gestão do monitoramento estará no IGAM: a
1005 análise, o tratamento dos dados, a divulgação dos resultados. E volto a dizer, isso
1006 ocorreu em função de um questionamento do juiz sobre os dados da Vale.”
1007 Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Sobre a sua primeira pergunta, este ano,
1008 uma diretriz que consensamos com a ANA, que também está muito envolvida
1009 nesse acompanhamento dos desastres, seria expandir a rede das barragens que
1010 estão em nível de emergência 3 e nos rios que sofreram impactos dos desastres.
1011 Então esses pontos de monitoramento que colocamos, a princípio, para fazer
1012 esse acompanhamento emergencial já estão na rede básica. Já foi consensado
1013 com a ANA que esses pontos vão fazer parte da rede nacional. A ANA também
1014 tem um interesse muito grande de acompanhar esses dados. Além dos rios Doce
1015 e Paraopeba, que já estão na rede básica do IGAM e vão continuar sendo
1016 monitorados, nós estamos colocando novos pontos em locais que têm barragens,
1017 que vimos o quão é importante ter uma série histórica de informação. Para saber
1018 como estava a situação do rio antes do desastre, até judicialmente para cobrar
1019 ações da empresa, precisamos saber como está a qualidade da água. Então este
1020 ano nós priorizamos colocar ponto de monitoramento nessas áreas também que
1021 estão com barragens com algum nível de risco.” Conselheira Bruna de Souza
1022 Otoni: “Parabéns pela apresentação. Eu acredito que a Bacia do Araçuaí deve até
1023 entrar agora em 2019. Nós tivemos alguns incidentes na Bacia em relação à
1024 questão da qualidade da água. Eu queria saber como o IGAM está vendo essa
1025 questão dessas Bacias com escassez hídrica, quanto à qualidade da água nesses
1026 períodos. Por exemplo, em Araçuaí, teve grande comoção da sociedade, e

1027 acabou que foi à Assembleia, e vários vídeos foram divulgados na internet. Eles
1028 questionaram o efluente lançado pela Copasa após o tratamento. Teve uma
1029 divergência de tonalidade gritante, de cor também e turbidez, e veio o
1030 questionamento. O Araçuaí, por exemplo, se teria capacidade de estar recebendo
1031 essa carga de efluente. Porque, se tem um período de escassez, reduz na
1032 captação, na distribuição da água. E o lançamento de efluente como fica? Tem
1033 essa redução, não tem. A empresa está preparada para lidar com esses
1034 períodos? Inclusive, nós fizemos uma vistoria, pela Secretaria, na Copasa, e
1035 colocamos no relatório e encaminhamos até para a Arsa, para se pensar, nesse
1036 período de escassez hídrica, qual seria a solução. Em Araçuaí, logo em
1037 propriedades abaixo do sistema de tratamento, nós temos uma infestação de
1038 aguapés. Aí é um dos indícios de contaminação. Eu queria saber mais como está
1039 sendo discutido isso no órgão uma vez que estamos com essa realidade. E
1040 Araçuaí é só a ponta, a última. Os outros 22 municípios acima continuam
1041 lançando. Inclusive, em Turmalina, teve recentemente, agora, depois das chuvas
1042 que vieram em novembro. Com a tromba de água que desceu no rio, o ribeirão
1043 começou a elevar o nível ao nível de espuma grande, que chegou até o rio
1044 Araçuaí. O Santo Antônio, dentro de Turmalina, que atingiu até o rio Araçuaí. Está
1045 sendo investigado pela Supram Jequitinhonha. Como vocês estão pensando
1046 nessas questões?” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Primeiro, é importante
1047 entender que a nossa rede de monitoramento é tendencial. Como uma rede de
1048 monitoramento tendencial, ela tem a finalidade de indicar possíveis causas de
1049 uma contaminação. Por ser uma rede tendencial, a nossa frequência de
1050 amostragem, nós fazemos quatro campanhas ao ano. Por fazermos quatro
1051 campanhas ao ano, essas poluições pontuais que ocorrem nós não conseguimos
1052 detectar no nosso monitoramento. Nós temos discutido isso muito com a FEAM,
1053 chegou até ser pensado em trazer o automonitoramento do licenciamento e
1054 controle de efluentes para o IGAM. Mas depois, em função da decisão de não
1055 mudar em lei – só trabalhamos com alteração de decreto de competência –, isso
1056 não foi possível. Então o controle dos efluentes é feito através do licenciamento
1057 ambiental no automonitoramento do licenciamento ambiental. Ontem, aqui no
1058 COPAM, a própria Dra. Andressa, do Ministério Público, trouxe essa discussão, a
1059 necessidade, inclusive, de usar, em alguns locais em que possamos ter redes
1060 automáticas com transferência de dados por telemetria, também de qualidade da
1061 água, com alguns sensores dos parâmetros básicos, turbidez, aqueles para
1062 oxigênio etc. Para a gente ter esse tipo de acompanhamento. E isso, obviamente,
1063 é um complemento à rede tendencial que o IGAM tem. Eu não sei se a Katiane
1064 tem aqui os dados da região de Araçuaí, especificamente, mas ela depois pode
1065 passar essa avaliação nossa deste ano por e-mail, e podemos discutir quem sabe
1066 uma rede dirigida, integrada com o município ou com empreendedores, para
1067 avaliarmos com mais detalhe essas questões que você está trazendo.” Katiane
1068 Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Nós temos observado que a região tem tido uma
1069 piora na qualidade das águas. Essa questão de redução do volume de chuvas

1070 nos últimos anos tem agravado muita a situação, tanto em termos de quantidade
1071 quanto de qualidade. Porque o rio reduzindo a vazão ele concentra mais os
1072 poluentes, vemos mais episódios de floração. Eu acredito muito que, além de
1073 fazer uma boa gestão, uma regulação eficiente em termos quantitativos,
1074 realmente há que se investir e fiscalizar os lançamentos, o controle de efluentes
1075 e realmente melhorar as tecnologias de tratamento. Eu acho que a legislação
1076 precisa realmente apertar mais a exigência do nível de tratamento. Porque não
1077 adianta cumprir, mas cumprir 60%, para mim, ainda é um legado que você deixa,
1078 absurdo, no tratamento. Então precisamos realmente avançar, e estamos à
1079 disposição com os dados da região. Se quiserem ligar novamente, nós podemos
1080 munir vocês de mais informações. Eu acho que o Comitê realmente tem que estar
1081 de posse dessas informações para cobrar, para promover a discussão desses
1082 assuntos regionais e realmente provocar essa ação na região. No início da
1083 próxima semana, nós vamos publicar o relatório e subir com ele para o site. Nós
1084 estamos à disposição, é só ligar ou solicitar por e-mail também.” **15) MAPA DA**
1085 **QUALIDADE DAS ÁGUAS - ANO BASE 2018. Apresentação: Gerência de**
1086 **Monitoramento de Qualidade das Águas/IGAM.** Apresentação e debates
1087 realizados conjuntamente com o tema do item anterior da pauta. **16)**
1088 **REGULAMENTAÇÃO DE MECANISMOS DA POLÍTICA NACIONAL DE**
1089 **SEGURANÇA DE BARRAGENS EM MINAS GERAIS. Apresentação: Gerência**
1090 **de Sistemas de Infraestrutura Hídrica/IGAM.** Realizada apresentação sobre a
1091 regulamentação de mecanismos da Política Nacional de Segurança de Barragens
1092 em Minas Gerais e como vem sendo desenvolvidas as atividades pelo IGAM no
1093 âmbito do Estado. Manifestações. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Foi
1094 lançado agora também, na última reunião do Conselho Nacional de Recursos
1095 Hídricos, nesta semana, o Relatório Nacional de Segurança de Barragens, da
1096 ANA, referente ao ano 2018. Já está disponível no site da ANA. É uma avaliação,
1097 o cadastramento de todas as barragens no Brasil. É a nossa ideia também em
1098 breve, assim que tenhamos mais informações e estruturas para isso. Vocês viram,
1099 ainda a adesão ao cadastro é pequena. Esse é um tema importante, nós
1100 precisamos, de fato, que as barragens que se enquadram na política, nesse
1101 primeiro chamamento, elas se cadastrem no IGAM, para que possamos realmente
1102 acompanhar e desdobrar com o Plano de Segurança de Barragens, com o PAE e
1103 a devida fiscalização. Nesse caso, a segurança de barragens é responsabilidade
1104 do IGAM.” Conselheiro José de Castro Procópio: “O que me preocupa é o tempo,
1105 porque, na realidade, quando se fala da emergência, não tem esse tempo, ela
1106 não nos dá esse tempo. E no caso especificamente das barragens na cabeceira
1107 do Velhas elas são altamente... Não só a bacia do Velhas, mas do Paraopeba,
1108 Pará, Doce. O número de barragens perigosas, ou seja, como danos parecidos
1109 podem acontecer como o que aconteceu com o Doce. Se acontecer no Velhas,
1110 nós teremos um conflito. Ou seja, Belo Horizonte se torna inviável não só para a
1111 população, mas também para o sistema produtivo. Então me preocupa muito que
1112 se demore tanto a regulamentar a questão do plano de segurança. Não é o caso

1113 da equipe, a equipe acaba sendo herói no trabalho, lutadores, guerreiros. Mas em
1114 termos de política de Estado fica assustadora para a população uma situação
1115 dessa. Eu acho que se precisaria agilizar.” Presidente Marília Carvalho de Melo:
1116 “Só para esclarecer, o que está sendo apresentado aqui é a responsabilidade do
1117 Instituto Mineiro de Gestão das Águas, que é barragem de usos múltiplos de água.
1118 Não tem nenhuma relação com barragem de rejeito nem com barragem de
1119 efluente industrial nem com hidrelétrica. A hidrelétrica é responsabilidade da
1120 Aneel. As barragens de rejeito hoje são uma responsabilidade compartilhada da
1121 Fundação Estadual do Meio Ambiente, em função da nova lei que foi aprovada
1122 este ano, e da ANM. Então o que nós apresentamos aqui hoje é barragem de
1123 água para usos múltiplos. Então não abrange essas barragens que você está
1124 mencionando no Alto Velhas, que são barragens de rejeito e são tratadas em
1125 outra legislação específica, que é gerenciada pela ANM e com o trabalho que a
1126 FEAM tem se estruturado para isso.” isso se regularize.” Conselheiro Hélcio de
1127 Miranda Baptista: “Você acabou de responder a minha dúvida. Eu estava
1128 justamente estranhando. Por exemplo, para mim, uma barragem de rejeito é muito
1129 mais perigosa. Uma barragem de água, o impacto não é tão grande tanto no
1130 esgotamento quanto também no impacto das condicionantes de turbidez e tudo
1131 mais.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Tem essa diferença. Quando
1132 falamos em barragem, em função dos últimos desastres, todo mundo pensa em
1133 barragem de rejeito. Então nós estamos tratando aqui da responsabilidade do
1134 IGAM. Conforme a Política Nacional de Segurança de Barragem, a
1135 responsabilidade de gestão da segurança das barragens de água para usos
1136 múltiplos, excetuando geração de energia, é do órgão outorgante. Por isso a
1137 regulamentação e o acompanhamento pelo IGAM.” Conselheiro Tales Heliodoro
1138 Viana: “Eu trabalhei na Copasa com as barragens a vida inteira. Eu fico muito feliz
1139 de estar saindo uma regulamentação dessa, porque a minha grande briga,
1140 eternamente, na Copasa era justamente ‘vamos cuidar da nossa barragem’. E o
1141 último trabalho que foi apresentado na Copasa, no dia 27 de dezembro de 2015,
1142 foi uma tristeza, porque todos os dados colocados pela firma de consultoria
1143 estavam errados. Os dados das barragens de água. Medina, Pedra Azul,
1144 Juramento. Como eu conhecia desde o comecinho todas essas barragens, eu
1145 fiquei muito preocupado com isso. Então essa equipe ainda vai ter esse grande
1146 problema, que vai receber dados terciários, quaternários de cada barragem
1147 dessa. E eu digo para vocês, quando eu saí da Copasa – vai fazer quatro anos
1148 agora –, a situação da grande maioria das barragens de abastecimento – Medina,
1149 Pedra Azul – era catastrófica. Escapam as da região metropolitana, que são
1150 Várzea das Flores, Serra Azul, porque os gerentes são muito caprichosos aqui.
1151 No Norte de Minas, esqueçam. Aquela em Datas, eu fiquei horrorizado.
1152 Descomissionar uma barragem naquele lugar... E barragem é o seguinte: se abrir
1153 uma fenda, tem que fazer outra. Aquilo não dá emenda.” Presidente Marília
1154 Carvalho de Melo: “Esse processo último, especialmente, do rompimento da
1155 barragem de minério de ferro em Brumadinho fez com que vários

1156 empreendedores que tenham barragens, sejam elas de usos múltiplos, sejam elas
1157 de geração de energia, fizessem uma revisitação sobre as questões relacionadas
1158 a segurança. E a própria regulamentação que nós fizemos em Minas Gerais é um
1159 impulsionador para que os empreendedores ou os empreendedores rurais –
1160 porque sabemos que tem muitos barramentos rurais – ou as prefeituras, o caso
1161 aqui que foi apresentado pelo Walcrislei, como a lagoa da Pampulha, que já
1162 rompeu na década de 40, façam a reavaliação. Então obrigou que os
1163 empreendedores fizessem uma revisitação. E aí eu acho que um ponto é muito
1164 importante, que o Tales falou, e eu estou replicando aqui uma fala do Rodrigo
1165 Flecha e também do Kelman. Eu conversei um pouco com ele na semana
1166 retrasada sobre esse assunto. A diferença do setor de abastecimento público, do
1167 setor de geração de energia para o setor minerário é que a barragem no setor
1168 minerário é um instrumento de descarte de um rejeito. No setor hidrelétrico, que
1169 tem um acompanhamento muito profissional de segurança de barragem, a
1170 barragem é o principal ativo, porque sem a barragem não produz a energia. E da
1171 mesma forma o abastecimento público. Então que esses acontecimentos, de fato,
1172 repercutam numa mudança na gestão. Porque barragem de água, Hércio, não é
1173 bem assim, mata gente também. Nós temos aí experiências, infelizmente, desse
1174 ponto.” Conselheiro Pedro Luís Pereira Ribeiro: “Walcrislei, obrigado pela síntese
1175 do mecanismo da regulamentação. Eu observei na sua apresentação que
1176 estamos falando de barragem de água e represamento em curso d’água. É esse
1177 o conceito já definido? Onde eu trabalho, em Ipatinga, na Usiminas, nós fomos
1178 fiscalizados. Chamamos de barragem, mas na verdade é um reservatório e não
1179 está no curso d’água. Se encaixa ou não encaixa, se já tem essa definição dentro
1180 de todos aqueles protocolos estabelecidos ali para barragem em curso d’água.”
1181 Walcrislei Verselli Luz/IGAM: “Na Portaria IGAM nº 2 tem uma definição bastante
1182 clara, que fala que barragem é aquilo que barra um curso d’água, seja ele perene
1183 ou intermitente. Então quando nós fomos fiscalizar – o Guilherme e o Thiago
1184 estiveram lá agora devem ter duas semanas ou três –, ao avaliarmos por imagem
1185 de satélite, ficamos em dúvida se era uma barragem ou não. Então foi fiscalizar e
1186 constatou que lá é um lago natural, uma representa natural. Desculpa, é um
1187 reservatório fora do curso d’água, onde vocês captam água do rio Piracicaba e
1188 bombeiam. Então esse reservatório não se aplica a essa política, embora tenha
1189 que ter todo o controle etc., porque tem o dano potencial associado também. Mas
1190 não se enquadra nessa regulamentação.” Presidente Marília Carvalho de Melo:
1191 “Tem o seu caso e o caso dos piscinões. Na verdade, são caixas d’água,
1192 reservatórios fora do curso d’água. Eles captam água no rio para encher esses
1193 reservatórios. É como se fosse a caixa d’água da nossa casa. As pessoas fazem
1194 reservatórios para acumular água bruta. Nós fomos oficiados pelo Ministério
1195 Público este ano, pelo Dr. Atháide – um promotor de Justiça do Noroeste mineiro
1196 –, em função até de um rompimento – se é que podemos usar esse termo também
1197 – de um piscinão lá na região. Ele entrou com um pedido de liminar, o juiz deferiu
1198 a liminar para que exigíssemos no processo de outorga todos os requisitos da

1199 Política de Segurança de Barragem para piscinões. Nós buscamos muito
1200 argumentar tecnicamente com ele de que isso não era barragem, ou seja, não
1201 cabia a aplicação da norma, da Política de Segurança de Barragem. Nós ainda
1202 estamos em processo de negociação com ele. Até que tenhamos talvez um termo
1203 de ajustamento ou alguma questão nesse sentido, nós tivemos que regulamentar,
1204 através de uma Portaria Administrativa do IGAM, por decisão judicial: dos
1205 piscinões, que captam a água de um rio para serem enchidos, nós temos exigido
1206 algumas documentações. É uma decisão liminar. Depois, se você tiver interesse,
1207 Pedro, eu passo para você essa decisão liminar e essas portarias administrativas.
1208 Mas estamos negociando com o Ministério Público. Porque temos falado muito
1209 com o Ministério Público, primeiro, que isso não é barragem; segundo, é uma
1210 questão, nesse caso, especificamente, de obra de engenharia. Então qual é a
1211 nossa negociação com o Ministério Público? Exija a ART do projeto do piscinão.
1212 Pronto, resolve o problema. É igual a caixa d'água. Se uma determinada empresa
1213 produz caixa d'água, e ela começa a rachar, não vai exigir que a Copasa agora
1214 fiscalize as caixas d'água que racham. Não é o problema da Copasa, é o problema
1215 da empresa que construiu, nesse caso, fabricou a caixa d'água. Então nós temos
1216 conversado muito com ele, especificamente, o Dr. Atháide, nesse sentido. Que
1217 ele exija a responsabilidade técnica, via Crea, porque são estruturas de
1218 engenharia. Mas que não cabe a aplicação da Política de Segurança de Barragem
1219 nesse caso. Esse é o nosso entendimento.” Conselheiro Pedro Luís Pereira
1220 Ribeiro: “Marília, eu tenho interesse em conhecer, sim. Se puder me encaminhar.
1221 Agradeço as informações.” **17) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações.
1222 **18) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a
1223 presidente Marília Carvalho de Melo agradeceu a presença de todos e declarou
1224 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Marília Carvalho de Melo
Presidente suplente do Plenário do CERH